

O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E AS AÇORIANIDADES NO PATRIMÔNIO CULTURAL DO MUNICÍPIO DE TAQUARI-RS

André Vanderlei da Silva
José Antônio Moraes do Nascimento
Angela Cristina Trevisan Felippi

GRUPO DE TRABALHO: GT3: Cultura, identidade e territórios:

RESUMO

O presente artigo apresenta um estudo em andamento como projeto de doutoramento. O tema base é a açorianidade e o principal objetivo é compreender o processo de desenvolvimento territorial, na sua dimensão sociocultural, com a incidência histórica das açorianidades no patrimônio cultural do Município de Taquari. A pesquisa partiu de uma revisão de literatura e planeja seguir para coleta de dados em campo utilizando a técnica de entrevistas de história oral. Os primeiros resultados apresentados são teóricos, apontando referencial sobre as categorias utilizadas (açorianidade, desenvolvimento teórico e patrimônio cultural) e sugerindo a lacuna de pesquisa na relação entre desenvolvimento e cultura açoriana. As considerações parciais demarcam o caminho ainda a ser percorrido pelo trabalho, destacando os resultados que ainda são esperados até a conclusão da pesquisa.

Palavras-chave: Açorianidades. Desenvolvimento territorial. Patrimônio Cultural. Taquari.

1 INTRODUÇÃO

O jeito de ser açoriano, denominado por Vitorino Nemésio como açorianidade (Lacerda, 2003), foi desenvolvido pelos portugueses que precisaram adaptar o seu modo de vida ao meio geográfico diferente, no ambiente insular, no processo de povoamento do Arquipélago dos Açores que iniciou ainda no século XV. Foi entre 1929 e 1932 que Nemésio, principal teórico do tema, operou a conceitualização desta “unidade psicológica exclusivamente açoriana” (Leal, 1997, p. 201). Rosa e Trigo (1987, p.196) entendem que “O açoriano é, pois, o resultado da aglutinação étnica e cultural caldeada por um meio físico que lhe temperou o carácter”. A açorianidade passou a ser entendida então como categoria teórica.

A açorianidade define um conjunto identitário sociocultural construído ao longo da história, que vai desde as tradições religiosas, à cultura popular, ao folclore e à linguagem, próprias da região, moldados fortemente pelas características das ilhas. O sentimento de pertencimento desenvolvido pelos habitantes das ilhas é a raiz do conceito, que se consolidou

em aspectos políticos, econômicos e sociais, pois “foi pela via política que a açorianidade se construiu como conceito emblemático e diferenciador cultural no conjunto da nação portuguesa” (Rosa e Trigo, 1987, p. 197). Com a diáspora açoriana entre os séculos XVII e XVIII, esta açorianidade passou a ser difundida no continente americano, acompanhando os ilhéus imigrantes.

Estas memórias trazidas pelos migrantes para terras brasileiras, desde o início do século XVII, se manifestaram de formas diferentes no encontro com culturas receptoras (Ribeiro, 1995). Como afirma Lacerda (2003, p. 60), “Assim, a açorianidade vai legitimar-se na existência de um repertório cultural comum cuja origem remonta aos Açores”, entendendo a manifestação desta categoria mesmo fora das ilhas. Entre tantos encontros culturais, os ilhéus açorianos trouxeram seus costumes, sua fé e seus conhecimentos, originando o que é chamado de cultura de matriz açoriana (Silva, A., 2024b), ou simplesmente açorianidades, no plural. O processo se intensificou no século XVIII com a necessidade de povoar o sul da América portuguesa.

Desde a Ilha de Santa Catarina até o Rio Grande a presença açorianista foi registrada ainda nas primeiras décadas do século XVIII. Migrantes trazendo vivos na memória os sonhos que desejavam construir em uma nova vida nessas terras. O reflexo disso é visível em “o modo como a açorianidade se generalizou como referência de pertença para as pessoas e as comunidades ao longo do litoral de Santa Catarina (Leal, 2007, p. 178). Já na então Capitania de São Pedro, “[...] muitos elementos culturais trazidos pelos açorianos, em contato com a realidade rio-grandense, foram reinventados para suportar as péssimas condições a que foram submetidos” (Laroque; Machado; Silva, 2017, p.188). As açorianidades foram sendo moldadas no espaço-território (Flores, 2006) meridional do Brasil.

Com um programa de migração mais atrativo, lançado pela Coroa Portuguesa em 1746, a chegada de migrantes açorianos aumentou de volume. No entanto, as promessas do edital não foram cumpridas na totalidade e os primeiros anos dos colonizadores, foram muito desafiadores (Silva, A. 2024a). Somente em 1764 o primeiro assentamento para casais açorianos foi fundado, junto a uma fortificação militar na margem esquerda do Rio Taquari. A posição era estratégica, aproveitando a barreira natural do rio, pois deveria marcar território e conter um possível avanço inimigo, no cenário de guerra formado na região das missões jesuíticas, a partir das novas fronteiras estabelecidas pelo Tratado de Madrid (1750), o que explica o título de Taquari como a “primeira cidade açoriana” do Estado (Fortes, 1999).

Segundo Durán (2009, p. 508), a Vila de São José do Taquari, que deu origem ao município, têm uma importância na questão urbanística no Rio Grande do Sul. “Taquari é relevante na história do urbanismo colonial por ser, até hoje, o único assentamento sulino do

qual se conhece o projeto urbano inicial.” O assentamento junto ao Rio Taquari foi o arranjo socioespacial que deu origem à região. Atualmente, o município está localizado no interior do Rio Grande do Sul, 97 quilômetros a oeste da capital Porto Alegre, na região do Vale do Taquari. Segundo dados do IBGE, possui 25198 habitantes (Censo 2022) e uma economia bastante diversificada, entre serviços, indústria e silvicultura. Porém, no sentido de valoração patrimonial das açorianidades e na compreensão das adequadas estratégias de gestão, o município caminha lentamente (Silva, A., 2024a).

O município possui uma paisagem cultural bastante significativa, com destaque para as margens do Rio Taquari, onde foi instalado o forte militar no século XVIII e recebeu o primeiro assentamento de ilhéus açorianos e, para a Lagoa Armênia, o lago que se formou em cima da colina, a partir da retirada de argila para a construção das primeiras edificações na vila projetada. A estrutura urbana também chama a atenção, desde a cidade baixa, onde aconteceu o povoado de formação espontânea, que possui um formato semelhante as freguesias açorianas, até a cidade alta, erudita, com uma planta que veio de Lisboa nos moldes do urbanismo pombalino (Silva, A., 2024a).

A arquitetura histórica ainda resistente no município é bastante representativa. A Igreja Matriz, no estilo barroco rústico, de 1771, e edifícios singulares com os traços característicos das moradias portuguesas do século XIX, se destacam, principalmente no centro histórico do município. Da mesma forma recebem destaque os bens culturais móveis. Pode-se citar a imagem do São José original, esculpido em madeira, que chegou em 1765 para a devoção da primeira capela, e os acervos preservados da Paróquia São José e do Jornal O Taquaryense, considerado Museu Vivo da Comunicação (Silva, A., 2024a).

No mesmo sentido pode-se destacar as celebrações como a festa do padroeiro, realizada pela irmandade de São José desde 1764, os tapetes coloridos do Corpus Christi e a Romaria da Assunção que relembra a aparição da santa onde hoje existe o Santuário no Bairro Rincão. Os saberes e fazeres herdados desde os colonizadores também tem destaque no município, como o Fervido, prato típico registrado, uma evolução de sopas açorianas, e as doçarias tradicionais, com diversas receitas desenvolvidas a partir dos conhecimentos culinários trazidos pelos primeiros colonizadores (Silva, A., 2024a).

O desenvolvimento territorial, é aqui entendido como, a partir de um espaço construído, em uma trajetória territorial histórica, dentro de uma dimensão sociocultural, por redes (coalizões) de atores sociais (Dallabrida, 2024). O conjunto de expressões culturais que caracteriza as açorianidades (Lacerda, 2003) é patrimônio, material e imaterial, da comunidade de Taquari, pois guarda as memórias do fenômeno histórico da colonização e constitui a dimensão sociocultural do território em questão. Desta forma, a problemática

proposta se encontra a partir do tema mais amplo das açorianidades, delimitado histórica-geograficamente (memórias e espaço) na colonização açoriana em Taquari-RS, relacionando as variáveis conceituais do desenvolvimento territorial com o patrimônio cultural. Isto se configura na busca por entender o processo em que estes ativos (ou potenciais) culturais das açorianidades aparecem mobilizados na dimensão sociocultural do território.

Considerando que “O território deve ser trabalhado sempre a partir de sua perspectiva temporal, já que envolve profundas transformações ao longo da história” (Haesbaert; Limonad, 1999, p. 16), é necessário ter clareza na relação e movimentação dos atores sociais que moldaram e têm potencial de moldar, com as açorianidades, os contornos da dimensão sociocultural do território. Segundo Freitas e Deponti (2020, p. 76) “[...] o desenvolvimento territorial tem que ser construído, conduzido e controlado por coalizões territoriais do próprio território”. Este território é, desde sempre, habitado com relações de poder convergentes ou divergentes e o desenvolvimento só se configura com ações coordenadas e comprometidas, com o enfrentamento dos conflitos.

É preciso entender e desvendar as disputas de poder, de interesses diversos, entre coalizões que avançam sobre ativos culturais dentro do Município. Setores dominantes da sociedade local e instituições públicas aparecem envolvidas neste cenário. As décadas de 1970 e 1980, em especial, foram bastante sombrias para o patrimônio cultural em Taquari, com registro de destruição indiscriminada de muitas edificações históricas, inclusive do Império do Espírito Santo, um símbolo da colonização açoriana. Em 1992, o prédio centenário da antiga Intendência Municipal recebeu decreto de demolição pelo então Prefeito, só não ocorrendo por intervenção do Ministério Público (Silva, A., 2024a). Redes conflitantes sobre ativos culturais importantes para o Município.

Somente na entrada do século XXI foi criada uma legislação municipal direcionada à proteção do patrimônio histórico e cultural do município, atualizada em 2017, mas apenas dois tombamentos e um registro foram conseguidos. Um inventário de bens culturais imóveis também foi desenvolvido em 2021, porém não passa de uma minuta, pois ainda não se conseguiu regulamentar o documento por legislação específica, o que daria poder de proteção as edificações inventariadas (Silva, A., 2024a). Enquanto isso, em vários pontos da cidade, o patrimônio cultural continua sendo atacado de diversas formas.

É preciso entender como o fenômeno histórico da colonização açoriana, presente nas memórias guardadas pelo patrimônio cultural, dentro do princípio da indissolubilidade das instâncias material e imaterial (Meneses, 2012), aparece significado na identidade territorial da comunidade e faz parte do seu processo de desenvolvimento. Desta forma, a partir da problemática exposta, a questão central para ser abordada neste projeto é: Como tem sido o

processo de desenvolvimento territorial, na sua dimensão sociocultural, com a incidência histórica das açorianidades no patrimônio cultural do Município de Taquari?

2 CAMINHOS METODOLÓGICOS

Os Estudos Culturais, campo de estudo interdisciplinar que nasce em meados do século XX na Inglaterra com Richard Hoggart, Raymond Williams e Edward Thompson e depois se internacionaliza (Hall, 2005), aparecem como metanarrativa. Essa corrente teórica propõe uma quebra de paradigmas na própria concepção de cultura, deixando de ser algo reservado a uma elite erudita, para ser admitido às práticas populares, na totalidade humana (Williams, 1958).

Neste contexto, a Nova História Cultural, com base conceitual na Escola de Annales, aparece como teoria (ou arcabouço teórico) de médio alcance e, é um “sistema conceitual que se desdobra a partir das referidas noções de ‘práticas’ e ‘representações’” (Barros, 2011, p. 38). Essa perspectiva proporciona os estudos mais específicos, com fontes alternativas, inclusive em recortes de espaço. É a possibilidade de oferecer à comunidade, o resgate da sua história, da sua identidade, das suas memórias. Desta forma, este projeto pretende utilizar como procedimento metodológico a história oral, pois conforme Holanda (2007, p.19) nas “entrevistas de história oral nos encontramos com diferentes protagonismos que fazem com que os sujeitos se expliquem dentro de suas complexidades”.

Inicialmente foi desenvolvido a pesquisa teórica, dentro da base de dados do Google Acadêmico, considerando uma janela temporal de dez anos. Em uma revisão narrativa (Rother, 2007) sobre os estudos publicados dentro da temática “açorianos e açorianidades no Vale do Taquari”. De todos os estudos levantados, foram examinados os resumos e excluídos os que não tratavam diretamente de legados na cultura açoriana na região. A partir de então o estudo seguirá para campo.

Como técnica de levantamento de dados para o estudo histórico-cultural, o projeto pretende utilizar entrevistas de história oral temática e entrevistas/observações de tradição oral (Meihy; Holanda, 2007), complementadas com análises documentais. “O uso da história oral, portanto deveria ser aplicado onde os documentos convencionais não atuam” (Meihy, 2006, p. 197). Os instrumentos de levantamento de dados abrangerão desde as gravações, diário de bordo, fotografias e aplicativos de digitalização de documentos, pois segundo Vieira (2015, p. 368), existem “[...] diferentes possibilidades de utilização de fontes na pesquisa, com ênfase na história oral, a partir das contribuições da história cultural”.

A técnica de análise de dados aplicada deve ser a análise de conteúdo (Bardin, 1977), pela capacidade deste método de permitir uma percepção abrangente sobre o cotidiano dos atores sociais e dos atores institucionais, na mobilização dos ativos culturais, dentro do processo de desenvolvimento territorial. A técnica possibilita a identificação de dados como núcleos de sentido, pois transforma os mesmos em um sistema de categorias (Bauer, 2002), construído a partir de temas extraídos da própria dimensão sociocultural do território e facilita ao pesquisador a identificação de processos e tendências.

3 AÇORIANIDADE E CULTURA

Para entender a açorianidade como categoria teórica precisa-se partir da própria definição de cultura, no sentido em que é entendida neste projeto. No século XVIII, segundo Chauí (2009), a noção de cultura começou a aproximar-se do sentido de civilização, quebrando paradigmas. Mas é em meados do século XX que o conceito alcança maior amplitude com o advento de novas abordagens que consideravam também a cultura das camadas mais populares, entre elas, os Estudos Culturais ingleses.

Para Raymond Williams (1969), um dos teóricos que lançaram as bases dos Estudos Culturais em meados do século XX, a cultura é modo de vida, como a sociedade, em transformação, é concebida pelos indivíduos. O autor, que fez uma análise histórica da interpretação da noção de cultura no Inglaterra especialmente, apresentou a compreensão de uma sociedade em mutação, principalmente após os grandes conflitos mundiais. “[...] história da idéia de cultura é a história do modo por que reagimos em pensamento e em sentimento à mudança de condições por que passou nossa vida” (Williams, 1969, p. 305). A cultura comum, mas aberta as diferentes manifestações, não restrita a uma elite, mas sim plural.

Williams (1969) apresenta desta forma, uma ampliação do conceito de cultura, rompendo o fazer intelectual para alcançar a civilização humana, em todas as suas práticas. Quando declara a cultura como ordinária (Williams, 1958), o autor analisa as transformações pelas quais passa a sociedade capitalista, com grandes mudanças nas próprias condições de vida, e entende que as experiências humanas retratam a cultura como universal, de todos os povos.

Para Stuart Hall (2010), também ligado a origem dos Estudos Culturais, a cultura representa a troca de signos, a construção de sentimentos, de forma de agir em sociedade. O autor entende a prática cultural, que gera estes significados, como prática discursiva para a construção do mundo social (Hall, 2016). Nesta perspectiva, para Hall (2003) a cultura é

sempre um processo produtivo, com recursos, com matéria prima e, principalmente, com trabalho de construção. Produção e consumo simultâneo e contínuo pelos grupos sociais.

George Yúdice (2004) destaca o entendimento de Williams, de cultura como modo de vida e o todo que a circunda, e amplia a análise. O autor reflete sobre o movimento de globalização e a aliança entre “cultura enquanto práticas vernáculas, noções de comunidade e desenvolvimento econômico” (Yúdice, 2004, p. 40) como parte da chamada culturalização, inclusive destacando a capacidade de inclusão social (Yúdice, 2019a) dentro da análise de políticas culturais que desenvolve (Yúdice, 2019b). A cultura sendo entendida como práticas sociais que se reproduzem e se reconstroem.

Já Guerra e Silva (2012), que analisam a relação de cultura e desenvolvimento, ponderando ser a cultura um termo polissêmico, partem da noção em dois caminhos fundamentais. A mais ampla, que converge com a observação presente neste quadro teórico, direcionada ao modo de vida das comunidades, enquanto a mais específica, se relaciona a atividades artísticas diversas. Entende-se, porém, que essas perspectivas não necessariamente se separam, sobretudo porque a sociedade é constituída por cultura, considerando a esfera simbólica que compõe a vida social em diversos aspectos (Ortiz, 2008).

A análise do conceito de cultura em Silva, Vieira e Franco (1990), encontra também a observação cuidadosa em relação a continuidade da construção identitária coletivas ou individuais. Partindo da noção de que “O conceito de cultura se refere aos modos de vida, saberes e crenças, modos de fazer e de expressão individual” (Silva; Vieira; Franco, 1990, p. 9), os autores enfatizam que a intolerância à diversidade também pode fazer parte de certas culturas.

O entendimento da açorianidade, como conceito, nasce com Vitorino Nemésio (Leal, 1997), tipificando o modo de vida do português das ilhas elemento constitutivo identitário da cultura açorita. No entanto, a diáspora açoriana consolida e amplia este sentimento, exatamente pelo afastamento do mundo insular e pelos desafios dos encontros culturais em outras terras.

É neste sentido que Leal (2007, p. 11) fala em “processo de redescoberta da açorianidade no sul do Brasil”, referindo-se aos estudos que têm buscado identificar a presença de elementos culturais ainda vivos nos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, especialmente, onde “nota-se que, cada vez mais, o sentido de ‘ser açoriano’, de ‘açorianidade’ ou de ‘luso-açorianidade’ vem ganhando múltiplas materializações” (Machado, 2013, não paginada), constituindo patrimônio cultural. É a partir destes elementos, ativos e a serem ativados, que este projeto busca entender o processo de desenvolvimento territorial em Taquari.

4 DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

Para chegar à discussão do desenvolvimento territorial é de fundamental importância a compreensão de desenvolvimento e território. O espaço, é entendido por Milton Santos (2006) como um conjunto de sistemas de objetos. Segundo o autor, no início eram objetos naturais (natureza), que com o tempo foram sendo substituídos por objetos materiais e técnicos e, mais recentemente, cibernéticos, tornando estes sistemas cada vez mais artificiais. Nesta análise, o espaço coexiste relacionando as categorias de configuração territorial (materialidade) e relações sociais (a vida que o dinamiza), aproximando o sistema de objetos e o sistema de ações que moldam o espaço (Santos, 2006).

Neste sentido, Flores (2006) traz a noção de espaço exatamente como o patrimônio natural existente. É nesta análise que o conceito de território já começa a se configurar, entendendo o autor o espaço-lugar como o território dado e o espaço-território como o território construído, com a presença das relações sociais. Da mesma forma, Santos (1982), ao aproximar o espaço com a categoria formação social, abre o caminho para a definição de região. “As relações entre espaço e formação social são de outra ordem, pois elas se fazem num *espaço particular* e não num espaço geral” (Santos, 1982, p. 4, *grifo nosso*). É possível entender então, que espaço, território e região estão intimamente ligados, “indissociáveis” (Haesbaert, 2015, p. 173), sendo necessário clareza nesta relação para falarmos em desenvolvimento territorial dentro da área do Desenvolvimento Regional.

Desta forma, é importante analisar, de forma introdutória, o conceito de território. Esta categoria assume posição de destaque dentro do campo de estudos do Desenvolvimento Regional e antes do desenvolvimento territorial e suas características específicas, é necessária esta introdução. No sentido definido por Milton Santos (2006, p.8)

O território tem que ser entendido como o território usado, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida.

Esta concepção cultural do território ganha força e passa a ser utilizada de forma ampla dentro das ciências sociais. Segundo Santos (2006, p.7) “O Território é o lugar em que

desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência”. O território construído pelas relações sociais.

Em Haesbaert e Limonad (1999), o território é entendido a partir de duas grandes esferas. A cultural, simbólica, imaterial, subjetiva; e a político-econômico, concreta, material, objetiva. “o território é uma construção histórica e, portanto, social, a partir das relações de poder (concreto e simbólico) que envolvem, concomitantemente, sociedade e espaço geográfico” (Haesbaert; Limonad, 1999, p.10). A primeira esfera, é também tratada pelos autores, como identidade territorial. Já a segunda, pode ainda estar dividida em um sentido mais funcionalista, de disputas de poder, ou mais especificamente econômico, ligado ao consumo e produção

Abramovay (2006), que teoriza os estudos territoriais, propõe a compreensão dos territórios como laços sociais e enfatiza a importância da abordagem territorial no processo de desenvolvimento. Segundo o autor a concepção de que território não é definido em limites físicos e sim pela produção interna da interação social, atua para o entendimento que desenvolvimento não é, simplesmente, crescimento econômico. “Encarar os territórios como campos em que se defrontam protagonistas com interesses diversos, estudar os processos localizados de cooperação” (Abramovay, 2006, p.70). A noção de território, capturada da geopolítica pela sociologia e economia, estudando as forças sociais da sua construção.

A ação, mobilização, de atores no sentido de trabalhar os recursos (ou o patrimônio territorial construído) disponíveis e transforma-los em ativos, para o processo de desenvolvimento, nos aproxima do que chamamos de desenvolvimento territorial. Ainda conforme Pecqueur (2005, p.12) “o desenvolvimento territorial designa todo processo de mobilização dos atores que leve à elaboração de uma estratégia de adaptação aos limites externos, na base de uma identificação coletiva com uma cultura e um território”.

Segundo Saquet e Briskievcz (2009) a própria identidade, que compõe a formação histórica de determinado território, dentro de outros elementos da territorialidade, é patrimônio territorial. Conforme os autores, o desenvolvimento territorial demanda considerar este processo histórico de luta por qualidade de vida dos segmentos sociais ou grupos de interesse. Neste sentido, Carrière e Cazella (2006, p.37), destacam que “O desenvolvimento territorial pressupõe, assim, a cooperação entre atores cujos interesses não são idênticos, mas que podem encontrar áreas de convergência”. Entende-se desta forma, que o processo de desenvolvimento territorial, em sua natureza multidimensional, é promovido pela ação social em movimentos conjuntos, a partir de pontos de interesse.

Favareto (2020) trabalha o desenvolvimento territorial a partir da perspectiva relacional e apresenta a tríade, atores, ativo e instituições. O autor amplia o conceito em questão com a aplicação destas novas teorias.

Dois pontos diferenciam esta abordagem de outras mais comuns sobre o desenvolvimento territorial: são as coalizões de atores e a capacidade em coordenar interesses plurais, e não o poder de um único ator, o que explica as dinâmicas territoriais inclusivas; e é a ação coletiva, por meio das coalizões moldando regras do jogo (instituições), o que explica as melhores performances, e não a dotação de recursos, a localização de um território ou qualquer outro atributo físico (Favareto, 2020, p. 83).

O ator social, precisa estar inserido, em uma rede social, em uma teia (Machado; Pereira; Marques, 2024). Conforme os autores “O ator – indivíduo, grupo ou organização – não é uma fonte de ação, ele só existe através de um conjunto de associações, estabelecidas entre agentes que podem ser ‘humanos’ e ‘não-humanos’ (Machado; Pereira; Marques, 2024, p.106). Encontram-se também os chamados atores institucionais (pessoas jurídicas, organizações) habitados por agentes facilitadores territoriais (pessoas físicas) que representam o coletivo (Rozzi, 2024).

Dentro dessas coalizões, segundo Favareto *et al.* (2015), existe sempre uma dimensão vertical, que retrata posições dominantes e outras dependentes, com núcleos de forças diferentes. Mas existem também dimensões horizontais, que denotam conflitos de interesses. Os autores enfatizam o peso da interdependência no jogo de forças dentro do território. “Se não há instituições sem coalizões e organizações, estas também não existem sem indivíduos e sem a ação social para criá-las” (Favareto *et al.*, 2015, p.28.) neste sentido, os autores colocam que existem coalizões que governam a vida política, econômica, social e cultural de um território mais restrito ou coeso, assim como existem coalizões que atuam diretamente no Estado, podendo haver relações verticais.

Essas abordagens sistêmicas dentro dos estudos territoriais foram tratadas por Favareto (2022). O autor trabalha essa interdependência de elementos dentro do território, em suas múltiplas escalas e dimensões. “A formação de coalizões envolve vários aspectos: elas são combinação de interesses a serem atendidos, mas também envolvem a mobilização de recursos para sustentar as instituições que possam atendê-los” (Favareto, 2022, p. 32). O autor destaca que as coalizões de forças são formadas por atores que mobilizam os ativos e sustentam as próprias instituições. Essas instituições tem a função de estabilizar ou até alterar

a relação entre os atores, bem como o compartilhamento de ativos. Os elementos formam os sistemas do desenvolvimento territorial.

Desenvolvimento territorial significa considerar, tanto no nível teórico como no real, os componentes do território e da territorialidade numa concepção renovada histórico-crítica e o desenvolvimento como processo histórico de luta pela conquista de melhores condições de vida, seja no campo seja na cidade” (Saquet; Briskievicz, 2009, p.15).

Desta forma, o desenvolvimento territorial corresponde ao um processo histórico de construção social, dentro do próprio território, abrangendo as suas várias dimensões. Os atores sociais configuram coalizões que compõem a dimensão sociocultural, dentro do processo de construção do espaço. “[...] a dinâmica territorial do desenvolvimento sustentaria suas fontes de conhecimento nos recursos que são específicos de um determinado quadro socioeconômico, numa dinâmica ancora da territorialmente” (Dallabrida, 2024, p. 372).

5 PATRIMÔNIO CULTURAL

Para chegar à categoria de patrimônio cultural é preciso partir da compreensão do conceito de patrimônio no seu sentido mais amplo, e relacionar o entrelace das noções de identidade e memória neste caminho. Etimologicamente, o patrimônio é associado a bens herdados de antepassados. Perspectivas integradoras têm aproximado as categorias território e patrimônio, tornando a noção de patrimônio territorial, associada aos ativos produzidos no processo de desenvolvimento, cada vez mais presente (Orozco, 2020). São ações e experiências de vida no processo de territorialização.

Além de o patrimônio territorial fundamentar as análises preponderantes das diferenças, entendidas como, e da diversidade cultural, ela se liga a característica que determinado grupo social constrói a partir do lugar onde vive. Essa relação de territorialização da identidade é trabalhada por Saquet (2007, p.152):

[...] a identidade é territorial e significa, além de pertencimento a um certo lugar, o resultado do processo de territorialização, com elementos de continuidade e estabilidade, unidade e diferencialidade. O território é produto e condição social, influenciando na constituição de identidade local em virtude de ações coletivas; tem um conteúdo dinâmico e ativo, com componentes objetivos e subjetivos, nos níveis local e extralocal.

Dentro do patrimônio territorial estão várias dimensões do patrimônio. Os conceitos de patrimônio histórico e artístico, a partir do reconhecimento dos bens culturais imateriais, foi redefinido como patrimônio cultural. Segundo Meira (2008, p. 116) “No Brasil, o patrimônio histórico e artístico nacional passou a abarcar a noção de bens culturais, ampliando-se os

conceitos e o campo de atuação”. Considera-se patrimônio cultural algo que guarda determinada representatividade, ou memórias. Essa patrimonialização é, portanto, produto da atribuição de valor dispensada a esta representação, seja ela material ou imaterial

Neste sentido, Chuva (2012, p. 162) enfatiza: “A divisão entre patrimônio material e imaterial é, conceitualmente, enganosa, posto que qualquer intervenção na materialidade de um bem cultural provocará modificações na sua imaterialidade”. Cabe lembrar, porém que, enquanto o patrimônio material depende muito de sua autenticidade, o patrimônio imaterial está sempre em modificação, incorporando nova representatividade. A identidade patrimonial se forma neste processo. Desta forma, Saquet e Briskievicz (2009, p. 15) afirmam

Compreender a identidade, desse jeito, significa, necessariamente, apreendê-la num contexto de formação histórica e como um componente do território, juntamente com outros elementos fundamentais [...] e que, juntos, constituem o patrimônio de cada território e da humanidade no seu conjunto.

Neste sentido, destaca-se o conceito de “lugares de memória” de Pierre Nora (1993). Para ele, nestes espaços, materiais ou imateriais, ficam registrados a memória que identifica um povo, um grupo social, muito além do natural, mas no simbólico, em marcas de pertencimento. “Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não existe memória espontânea, que é preciso criar arquivos” (Nora, 1993, p.13).

Assim, Cabral (2004, p.145) coloca que “O processo cultural dinamicamente recebe contribuições e adapta-se às características do contexto territorial em que está inserido”. Por isso, os bens culturais precisam ser compreendidos como imagens dos próprios grupos sociais. “O patrimônio cultural é documento vivo e dele provêm referências para a compreensão da trajetória cultural do país” (Cabral, 2004, p.146). Os atores sociais são espelhados em seus ativos culturais como patrimônio.

Desta forma, o patrimônio cultural representa uma determinada sociedade e a sua relação com o território em questão. O processo de patrimonialização é exatamente o demonstrar dessa vinculação. Conforme Nascimento e Silva (2022, p.2), “O patrimônio cultural expressa parte da história e da identidade de um determinado território. Os grupos sociais, em disputa da representatividade identitária, procuram edificar imagens de si para se apresentar ao mundo”. Desta forma, o patrimônio cultural sempre tem relação direta na construção territorial.

6 CULTURA AÇORIANA E DESENVOLVIMENTO

Considerando a análise teórica exposta, a coleta de dados bibliográficos foi desenvolvida. A revisão proposta apontou que ainda é extremamente carente estudos com a

compreensão da territorialidade em sua dimensão sociocultural na relação desenvolvimento e cultura açoriana. Os dados iniciais sugerem uma brecha de pesquisa nesta relação. Vejamos alguns resultados.

Iniciando pelo estudo publicado por Laroque *et al.* (2016). O trabalho aborda a história dos açorianos na região, bem como a sua ocupação territorial e as práticas culturais e econômicas deste grupo étnico. Laroque *et al.* (2016, p. 119) destaca que “[...] com os produtores rurais das microrregiões com descendência nos ilhéus, podemos perceber que há uma forte herança cultural, apesar do distanciamento histórico da colonização”. O estudo conclui dizendo que houve sim “descontinuidades culturais”. Porém, o grupo étnico açoriano do Vale do Taquari soube se adaptar as relações com a natureza, reatualizar a produção de alimentos e garantir a sua sobrevivência.

No ano seguinte um novo estudo foi publicado por Laroque; Machado e Silva (2017). O trabalho se propôs em analisar os elementos da “cultura açoriana” ainda presentes na descendência deste grupo, enfatizando as tradições religiosas, aspectos arquitetônicos e gastronômicos que remontam a colonização por açorianos no Vale do Taquari, mais especificamente nos Municípios de Taquari e Paverama. Um ano depois outro estudo veio publicado de Rosa e Laroque (2018). O trabalho aborda a migração de ilhéus açorianos para a colonização do Rio Grande do Sul, com foco na Freguesia de São José de Taquari.

Também, em 2018, outro trabalho apresenta a sequência do processo de migração, demonstrando principalmente as condições de acesso e utilização da terra, bem como o desenvolvimento econômico e cultural no novo assentamento açoriano. O estudo foi publicado por Rosa (2018). Ainda no mesmo ano, outro estudo, pela mesma autora principal, dedicado a um elemento específico da açorianidade na região, foi publicado. O elemento cultural de base religiosa trazida pelos açorianos tem seu ponto alto entre o Natal e o Dia de Santos Reis em seis de janeiro. Esta celebração faz referência aos três Reis Magos “Gaspar, Melchior e Baltazar”, que segundo relatam os Evangelhos, foram presentear o menino Jesus recém-nascido (Rosa; Barden; Laroque, 2018).

Outro estudo que foi apresentado no Panamá, teve a sua publicação em espanhol, trazendo uma investigação que parte da visão de urbanismo colonial sobre o patrimônio cultural local, por Luísa Durán Rocca (2021). O trabalho destaca as características históricas de Taquari e sua relevância por ser o único povoado formado no século XVIII no Rio Grande do Sul que tem o projeto urbano conhecido. Enfatiza, porém, que este patrimônio não está devidamente identificado e protegido.

Considerando os resultados que estes estudos têm trazido ao público, identifica-se que muitos elementos da açorianidade ainda permanecem ativos em toda a região. Nota-se,

porém, que nenhum dos estudos encontrados até o momento relaciona a cultura açoriana com o desenvolvimento. Esta constatação sugere uma brecha científica no estudo das açorianidades. É extremamente necessário relacionar estas temáticas dentro dos estudos territoriais voltados ao desenvolvimento pois, “[...] o desenvolvimento é um processo contextualizado, construído em diferentes níveis [...]” (Espinosa, 2020, p. 47).

7 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

O estudo histórico-cultural se apresenta, acreditando que pode contribuir e ampliar possibilidades dentro do campo do conhecimento, tanto no aspecto metodológico quanto nos possíveis achados, para futuras discussões levantadas sobre a cultura de matriz açoriana, relacionada ao desenvolvimento. Conforme Felippi (2020, p. 92), “[...] a força da cultura no período presente, no que tange tanto ao volume das produções culturais e seus efeitos, entre os quais a constituição dos universos simbólicos dos sujeitos, tem exigido cada vez mais incorporá-la às reflexões do Desenvolvimento Regional.

A compreensão de como as comunidades se percebem, de onde estão as memórias (Nora, 1993), de quais identidades patrimoniais estão desativadas (Prats, 2005), é urgente e muito se tem de avançar neste sentido dentro do campo. Segundo Felippi (2020, p.100) “Os estudos de Desenvolvimento Regional têm contemplado o universo simbólico das sociedades, no entanto, precisam avançar mais na compreensão das mentalidades e da materialidade das mesmas nos territórios”.

Para a comunidade de Taquari, o estudo tem relevância na dimensão sociocultural do desenvolvimento territorial. Os resultados esperados devem contribuir nas políticas públicas e nas ações coordenadas dos atores sociais na preservação do patrimônio relacionado à cultura de matriz açoriana, pois “[...] a cultura, em todas as suas expressões e dimensões, representa uma esfera da vida social e política com amplo potencial de influência direta e indireta no desenvolvimento” (Espinosa, 2020, p. 47).

Com a evolução para o campo, espera-se que a pesquisa venha a levantar possibilidades para implementação de programas de educação patrimonial, para aproximação e apropriação da população dos seus bens culturais (Horta, 1999). No mesmo sentido, estratégias de gestão, tanto do poder público quanto da iniciativa privada, para utilização sistematizada do patrimônio cultural vinculado às açorianidades direcionado ao desenvolvimento territorial. Conforme Nascimento (2020, p. 295), “é necessário estudar as

diferentes dinâmicas, para pensar estratégias de gestão territorial, considerando seus processos socioespaciais e histórico-culturais [...]”.

REFERÊNCIAS:

- ABRAMOVAY, Ricardo. Para uma teoria dos estudos territoriais. *In*: MANZANAL, Mabel.; NEIMAN, Guillermo. LATTUADA, Mario. **Desarrollo rural – Organizaciones, instituciones y territorios**. Buenos Aires: Ediciones Ciccus, 2006. pp. 51-70.
- BARDIN, Laurence. **Análise do Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BARROS, José D’Assunção. A Nova História Cultural – considerações sobre o seu universo conceitual e seus diálogos com outros campos históricos. **Cadernos de História**, Belo Horizonte, v.12, n. 16, p. 38-63. 2011.
- BAUER, Martin. Análise de conteúdo clássica: uma revisão. *In*: BAUER, Martin. e GASKELL, George. (Ed.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som.: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2002 p. 189-217.
- CABRAL, Fabrícia Guimarães Sobral. Patrimônio cultural e desenvolvimento nacional: o potencial dos bens de natureza imaterial. *In*: LAGES, Vinícius; BRAGA, Christiano; MORELLI, Gustavo (organizadores). **Territórios em movimento: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva**. Rio de Janeiro: Relume Dumará / Brasília: SEBRAE, 2004.
- CHAUÍ, Marilena. **Cultura e democracia**. 2 ed. Salvador: Secretaria de Cultura, Fundação Pedro Calmon, 2009.
- CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Editora UNESP, 2001.
- CHUVA, Márcia Regina. Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. n. 34, p. 147-165, 2012
- DALLABRIDA, Valdir Roque. Desenvolvimento Territorial. *In*: GRIEBELER, Marcos Paulo Dhein (Org). **Dicionário do desenvolvimento regional e temas correlatos**, 3ª edição, revista e ampliada. Uruguiana: Conceito, 2024.
- DURÁN ROCCA, Luísa. **Açorianos no Rio Grande do Sul**: antecedentes e formação do espaço urbano do século XVIII. 2009. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.
- DURÁN ROCCA, Luísa. São José de Taquarí: Claves para el reconocimiento de un Paisaje Histórico Urbano. **Canto Rodado**: revista especializada en patrimonio cultural. Ciudad de Panamá. no 15 (2021), p. 135-152

ESPINOSA, Aarón Espinosa. Uma abordagem cultural do desenvolvimento para a gestão da cultura. **Revista Observatório Itaú Cultural**, n. 27, p. 46-60, 2020.

FAVARETO, Adilson *et al.* Territórios importam – Bases conceituais para uma abordagem relacional do desenvolvimento das regiões rurais ou interioranas no Brasil. **Revista em Gestão, Inovação e Sustentabilidade**, Brasília, v. 1, n. 1, p. 14-46, dez. 2015.

FAVARETO, Arilson. Multiescalaridade e multidimensionalidade nas políticas e nos processos de desenvolvimento territorial – Acelerar a transição de paradigmas. *In*: SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da; DEPONTI, Cidônea Machado (Org). **Desenvolvimento Regional: processos, políticas e transformações territoriais**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2020.

FAVARETO, Arilson. O Desenvolvimento Regional em Perspectiva – Uma abordagem Territorial baseada na tríade Atores, Ativos e Instituições. *In*: SILVEIRA, Rogério Leandro Lima; KARNOPP, Erica. (Orgs.) **Atores, ativos e instituições: o desenvolvimento regional em perspectiva**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2022. Disponível em: <http://observadr.org.br/portal/e-books/>

FELIPPI, Ângela Cristina Trevisan. As mediações de Jesús Martín-Barbero e os estudos de comunicação no âmbito do desenvolvimento regional. *In*: SILVEIRA, Rogério Leandro da; DEPONTI, Cidonea Machado; FELIPPI, Ângela Cristina Trevisan. **Reflexões teóricas e metodológicas sobre desenvolvimento regional**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2020.

FLORES, Murilo. **A identidade cultural do território como base de estratégias de desenvolvimento - Uma visão do estado da arte**. Santiago, Chile: RIMISP, 2006.

FORTES, João Borges. **Os casais açorianos: presença lusa na formação do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1999.

FREITAS, Tanise Dias; DEPONTI, Cidonea Machado. A ruralidade e o urbano: reflexões teóricas para compreensão do desenvolvimento regional e territorial. *In*: SILVEIRA, Rogério Leandro da; DEPONTI, Cidonea Machado; FELIPPI, Ângela Cristina Trevisan. **Reflexões teóricas e metodológicas sobre desenvolvimento regional**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2020.

GUERRA, Lemuel Dourado; SILVA, Jairo Bezerra da. Cultura e desenvolvimento: uma visão crítica dos termos do debate. *In*: BRASILEIRO, Maria Dilma Simões; MEDINA, Júlio César Cabrera; CORIOLANO, Luiza Neide. (org). **Turismo, cultura e desenvolvimento**. Campina Grande: EDUEPB, 2012.

HAESBAERT, Rogério. Desterritorialização, multiterritorialidade e regionalização. *In*: LIMONAD, Ester; HAESBAERT, Rogério; MOREIRA, Ruy (organizadores). **Brasil, Século XXI - por uma nova regionalização?: Processos, escalas, agentes**. Rio de Janeiro: Letra Capital Editora, 2015.

HAESBAERT, Rogério; LIMONAD, Ester. GEO UERJ Revista do Departamento de Geografia, UERJ, n. 5, p. 7-19, 1999.

HALL, Stuart. **Cultura e Representação**. Trad. Daniel Miranda e William Oliveira. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Apicuri, 2016.

HALL, Stuart. **Da Diáspora**: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.

HALL, Stuart. **Sin Garantías**: trayectorias y problemáticas en estudios culturales. Popayán, Colombia: Envió editores, 2010.

HALL, Stuart. Raça, cultura e comunicações: olhando para trás e para frente dos Estudos Culturais. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 31, 2005.

HOLANDA, Fabíola. Construção de narrativas em história oral: em busca dos narradores plenos. **Oralidades**: Revista de História Oral, ano 1, n. 1, jan./jun. 2007. São Paulo: NEHO, 2007.

LACERDA, Eugénio Pascele. **O Atlântico Açoriano**: uma antropologia dos contextos globais e locais da açorianidade. 2003. Tese (Doutorado em Antropologia Social)- Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

LAROQUE, Luis Fernando da Silva *et al.* Imigrantes Açorianos e Seus Descendentes no Vale do Taquari, Rio Grande do Sul: processo histórico envolvendo movimentações e práticas socioculturais. **Revista Signos**, Lajeado, v. 37, n. 2, p. 104-123, 2016.

LAROQUE, Luís Fernando da Silva; MACHADO, Neli Teresinha Galarce; SILVA, Cleidirose da. Tradições Culturais Açorianas e de Seus Descendentes na Região Vale do Taquari, Rio Grande Do Sul/Brasil. **Revista Destaques Acadêmicos**, Lajeado, v. 9, n. 2, p. 185-205, 2017.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

LEAL, João. **Açores, EUA, Brasil: Imigração e Etnicidade**. Ponta Delgada: DRC Comunidades, 2007.

MACHADO, Dayana Cristina Mezzonato; PEREIRA, Patrícia Gonçalves; Pâmela Marconatto. Atores Sociais. *In*: GRIEBELER, Marcos Paulo Dhein (Org). **Dicionário do desenvolvimento regional e temas correlatos**, 3ª edição, revista e ampliada. Uruguaiana: Conceito, 2024.

MACHADO, Ewerton Vieira. Florianópolis-SC (Brasil): Território e Cultura Luso-Açoriana sob trajetória de (uma) identidade Local/Regional através da urbanização & turistificação. *In*: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 14., 2013, Lima. **Anais** [14 to EGAL]. Lima: IGU/UGI - Comité Nacional Perú, 2013. v. É-7.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; HOLANDA, Fabíola. **História oral**: como fazer, como pensar. São Paulo: Contexto, 2007.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. Os novos rumos da história oral: o caso brasileiro. **Revista de História**, n.155, 2006, pp.191-203.

MEIRA, Ana Lúcia Goelzer. **O patrimônio histórico e artístico nacional no Rio Grande do Sul no século XX**: atribuição de valores e critérios de intervenção. 2008. Tese (Doutorado

em Planejamento Urbano e Regional) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. **O campo do patrimônio cultural**: uma revisão de premissas. In: SUTTI, Weber (coord.). I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural. Brasília: IPHAN, 2012. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/4%20-%20MENESES.pdf>

NASCIMENTO, José Antônio Moraes do. Ação estatal na formação socioespacial no norte do Rio Grande do Sul. In: SILVEIRA, Rogério Leandro da; DEPONTI, Cidonea Machado; FELIPPI, Ângela Cristina Trevisan. **Reflexões teóricas e metodológicas sobre desenvolvimento regional**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2020.

NASCIMENTO, José Antônio Moraes do; SILVA, Larissa Santos da. História, identidade e preservação do patrimônio rio-pardense. **MÉTIS: história & cultura** v. 21, n. 42, jul./dez. 2022.

NORA, Pierre. Entre história e memória: a problemática dos lugares. **Revista Projeto História**. São Paulo, v. 10, p. 7-28, 1993.

OROZCO SALINAS, Karina. Patrimonio territorial: Una revisión teórico-conceptual. Aplicaciones y dificultades del caso español. **Urbano (Concepción)**, v. 23, n. 41, p. 26-39, 2020.

ORTIZ, Renato. Cultura e Desenvolvimento. **Políticas Culturais em Revista**, n.1, p. 122-128, 2008.

PECQUEUR, Bernard. O desenvolvimento territorial: uma nova abordagem dos processos de desenvolvimento para as economias do sul. **Raízes**, Campina Grande, v. 24, n. 01, pp. 10-22, 2005.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n.10, p. 200-212, 1992.

PRATS, Llorenç. Concepto y gestión del patrimonio local. **Cuadernos de Antropología Social**, Buenos Aires, n. 21, p. 17-35, 2005.

RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro**: A formação e o sentido do Brasil. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

ROSA, Cibele Caroline da. Arranchar-se do outro lado do Atlântico: açorianos na freguesia de Taquari (Sul da América Portuguesa, 1750-1800). **Aedos**, Porto Alegre, v.10, n.22, p. 106-124, 2018.

ROSA, Cibele Caroline da; BARDEN, Júlia Elisabete; LAROQUE, Luís Fernando da Silva. Patrimônio, Memória e Identidade: Estudo de Caso do Terno de Reis entre descendentes de açorianos no Vale do Taquari, Rio Grande do Sul/Brasil. **Revista Outras Fronteiras**. Cuiabá, v.5, n.1, p. 123 – 137, 2018.

ROSA, Cibele Caroline da; LAROQUE, Luís Fernando da Silva. Quando migrar é necessário: açorianos povoam o continente de Rio Grande de São Pedro (meados do século XVIII). **Revista Destaques Acadêmicos**, Lajeado, v. 10, n. 2, p. 104-116, 2018.

ROSA, Victor Manuel Pereira; TRIGO, Salvato Vicente Pinto. Da insularidade à açorianidade: algumas reflexões. **Arquipélago – Revista da Universidade dos Açores**, n. 2, p. 187-201, 1987.

ROTHER, Edna Terezinha. Revisão sistemática x revisão narrativa. **Editorial: Acta Paulista de Enfermagem**, v.20, n. 2, 2007. doi.org/10.1590/S0103-21002007000200001 .

ROZZI, Sérgio Fabiano Perez. Atores e agentes facilitadores territoriais. *In*: GRIEBELER, Marcos Paulo Dhein (Org). **Dicionário do desenvolvimento regional e temas correlatos**, 3ª edição, revista e ampliada. Uruguaiana: Conceito, 2024.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. São Paulo: Editora da USP, 2006.

SANTOS, Milton. Sociedade e Espaço: Formação Espacial como Teoria e como Método. *In*: SANTOS, Milton. **Espaço e sociedade**: Ensaios. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1982.

SAQUET, Marco Aurélio; BRISKIEVICZ, Michele. Territorialidade e Identidade: um patrimônio no desenvolvimento territorial. **Caderno Prudentino de Geografia**. São Paulo, v.1, n.31, p. 3-16, 2009.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SILVA, André Vanderlei da. Açorianos em Taquari/RS: história e patrimônio cultural. Porto Alegre: Alternativa, 2024a.

SILVA, André Vanderlei da. A Taquari dos açorianos: a contribuição dos primeiros colonizadores ao patrimônio cultural local. *In*: BARROSO, Véra Lucia Maciel (Organizadora). **Raízes açorianas no Rio Grande do Sul/Brasil**. Porto Alegre: Evangraf: ISCMPA, 2024b.

SILVA, Frederico Augusto Barbosa da; VIEIRA, Marielle Pitombo; FRANCO, Bárbara Lopes. **A economia criativa sob medida**: conceitos e dinamismo das classes criativas. Brasília: Rio de Janeiro: Ipea, 1990.

TILIO, Rogério Casanovas. Reflexões acerca do conceito de identidade. **Revista Eletrônica do Instituto de Humanidades**, Duque de Caxias, v. 1, n. 1, p. 109-119, 2009

VIEIRA, Alboni Marisa Dudeque Pianovski. A história cultural e as fontes de pesquisa. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. 61, p. 367-378, 2015.

YÚDICE, George. **A conveniência da cultura**: usos da cultura na era global. Trad. Marie-Anne Kramer. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

YÚDICE, George. Inovações na política cultural e no desenvolvimento na América Latina. **Políticas Culturais em Revista**, Salvador, v. 12, n. 1, p. 121-156, jan./jun. 2019a.

YÚDICE, George. Políticas Culturales y Ciudadanía. **Educación & Realidade**, Porto Alegre, v. 44, n. 4, 2019b.

WILLIAMS, Raymond. **A cultura é de todos** (Culture is Ordinary) 1958. Trad. Maria Elisa Cevasco, disponível em: https://theav.weebly.com/uploads/8/4/7/3/8473020/1958_aculturaedetodos_raymondwilliams.pdf . Acesso em 19/03/2025.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura e sociedade (1780-1950)**. Tradução de Leônidas H. B. Hegenberg, Octanny Silveira da Mota e Anísio Teixeira. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969.